

Garotinho reúne prefeitos do Rio e exige mudança

Em nota, eles pedem fim da Lei Kandir, alterações na Lei Camata e ainda compensação para perdas

GILSE GUEDES
e WILSON TOSTA

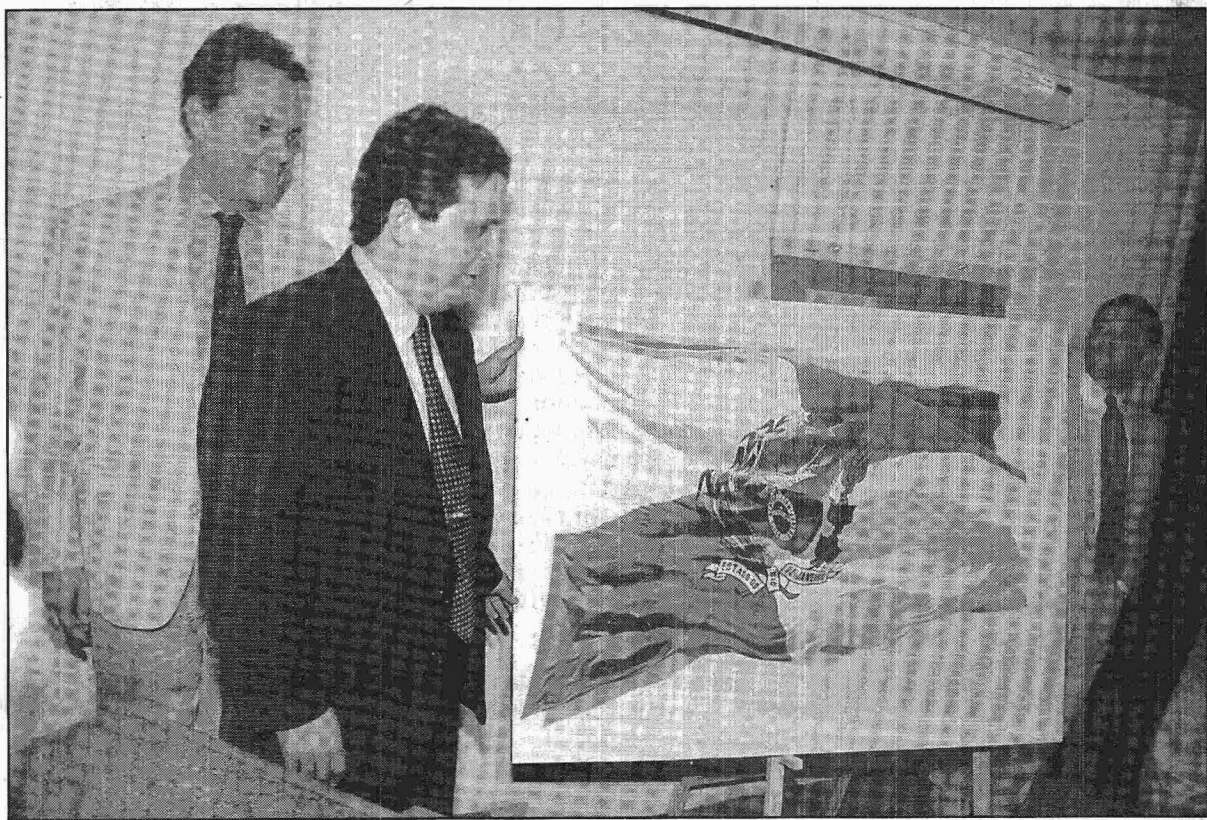
119

RIO – A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) foi palco ontem de um encontro de oposição ao programa de ajuste fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso, realizado entre 73 dos 91 prefeitos do Estado e o governador eleito, Anthony Garotinho (PDT). O grupo pediu a revogação da Lei Kandir e mudanças radicais na Lei Camata.

O pedetista escolheu a Firjan como sede do governo de transição. Seu presidente, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, empresário próximo a Fernando Henrique, aproveitou a reunião para dar um quadro a Garotinho.

O governador eleito e os prefeitos aprovaram nota contra o aumento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Exigiram ainda contrapartida às perdas com a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e ressarcimento a Estados e municípios pela Previdência das contribuições de cerca de 50 mil servidores que, com a Constituição de 1988, passaram de celetistas a estatutários.

O documento será enviado a Fernando Henrique e aos senadores e deputados da bancada federal do Rio dentro de 15 dias. O grupo defendeu ainda a exclusão de servidores do Legislativo, do Judiciário e de inativos do cálculo de gastos do Estado com



Garotinho recebe quadro de presente de presidente da Firjan: documento será enviado em 15 dias a FHC

pessoal. A Lei Camata prevê gasto máximo de 60% da receita com o funcionalismo dos três Poderes.

Limite – A nota define ainda um indicativo para a bancada federal, estabelecendo porcentual limite de gastos para Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Judiciário. “Só assim haverá uma autonomia verdadeira dos Poderes, porque hoje eles (*Legislativo e Judiciário*) fazem seus orçamentos e mandam o governador pagar”, disse Garotinho.

Um dia depois de almoçar com o governador Marcello Alencar (PSDB), Garotinho voltou a acusá-lo de ter feito uma “má gestão” no Rio. “Só em janeiro, o déficit operacional calculado é de R\$ 80

milhões, dos quais R\$ 40 milhões se referem ao déficit primário e a outra metade, à amortização de dívida”. Ele foi irônico sobre o apoio de Alencar às mudanças propostas pela oposição na Lei Camata. “A partir do dia 1.º, Marcello não

é nada”, disse, indicando que não considera significativo seu apoio.

Ontem, o governador eleito começou articular a redução de gastos no Judiciário e no Legislativo, para tentar adequar-se à Lei Camata. Dis-

se que se reuniu com um representante do Judiciário de manhã. Segundo Garotinho, boa parte das despesas é de responsabilidade da Justiça e da Assembleia, pois o Executivo só gasta 30% da arrecadação com servidores. “Eu não te-

nho a responsabilidade nem posso demitir ninguém no Judiciário e no Legislativo nem tenho como afastar aposentados e pensionistas, que representam 44% das despesas com os salários”, declarou.

Demissões – O gasto total com a folha de pessoal é de 78% da receita, que está em cerca de R\$ 600 milhões por mês. Na quinta-feira, Garotinho admitiu ainda que vai cortar cargos em comissão e de assessoria. Ele considera, no entanto, que isso não permitirá uma economia significativa, pois esses cargos consomem no total R\$ 15 milhões, incluindo as incorporações.

Garotinho informou que o presidente da Assembleia, Sérgio Cabral Filho (PSDB), comprometeu-se a tirar do Programa Estadual de Desestatização (PED) a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) por meio da aprovação de um projeto de lei.

ALENCAR
VOLTA A SER
CRITICADO POR
MÁ GESTÃO